



PASSO FUNDO - RS
Professor de Educação Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli	1
ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	1
Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas	2
Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	2
Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	15
Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	16
Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete	17
Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	26
Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	32
Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	34
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla	52
sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	54
sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	57
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	59
Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	64
Exercícios	68
Gabarito	78

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca.....	1
Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, esporte, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, desenvolvimento sustentável e ecologia	51

LEGISLAÇÃO / ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	1
Estatuto da Criança e do adolescente.....	30
Parâmetros Curriculares Nacionais.....	94
Plano Nacional de Educação	95
Plano Nacional de Educação Digital	118
Base Nacional Comum Curricular	122
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	176
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana	192
Ministério da Educação: Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.....	206
Lei nº: 7.853/1989 – Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência	206
Plano de Carreira Magistério – Lei Complementar n.º 204, de 04 de julho de 2008 ...	210
Lei Ordinária n.º 1.733, de 31 de dezembro de 1976.....	217
Concessão Bolsa Estudo – Decreto n.º 94/2022	237
Gratificação de docência professores – Lei Complementar n.º 227, de 16 de junho de 2009.....	239
Gratificação alunos especiais cargo professores – Lei Municipal n.º 2337, de 06 de maio de 1987.....	240
Gratificação de difícil acesso cargo professores - Lei Municipal n.º1.941, de 22 de abril de 1981.....	241
Decreto n.º 199, de 17 de novembro de 2003.....	241
Exercícios.....	242
Gabarito.....	247

SUMÁRIO



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Educação: Desafios atuais	1
Metodologias Ativas.....	2
Os impactos e a importância da educação 3.0, 4.0 e 5.0	7
Ensino Híbrido: Modelos sustentados e modelos disruptivos	10
Cidadania digital: educando para o uso consciente da internet.....	11
Educação na era digital	13
Escola do futuro: como será, tendências e perspectivas	13
Mediação da aprendizagem	14
Didática e metodologia do ensino	16
Teorias da aprendizagem e tendências pedagógicas	16
Projeto Político Pedagógico, currículo, plano de aula e processo educativo	20
Gestão e planejamento escolar.....	21
Avaliação da aprendizagem, instrumentos avaliativos.....	22
Tipos de avaliação.....	33
Inclusão escolar e diversidade cultural.....	35
Processo ensino aprendizagem	46
Gestão da aprendizagem em sala de aula.....	48
O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem.....	53
Didática e a Formação docente.....	53
Interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade	54
Modelos de Jantsch.....	55
Educar pela Pesquisa.....	57
Exercícios.....	69
Gabarito.....	75

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

História da Educação Infantil.....	1
Concepções de criança, infância e Educação Infantil	65
O Cuidar e o Educar.....	68
A organização dos tempos, dos espaços e dos materiais na Educação Infantil.....	71
A importância do Brincar na Educação Infantil.....	81
Documentação Pedagógica	99
O Currículo na Educação Infantil.....	110
Os Projetos na Educação Infantil	114
A arte e a musicalidade na Educação Infantil.....	116

SUMÁRIO



Movimento e corporeidade na Educação Infantil	121
O Cesto dos Tesouros e o Brincar Heurístico	133
A avaliação na Educação Infantil.....	135
Exercícios	139
Gabarito.....	144

SUMÁRIO



As ideias de leitura, interpretação e relação entre textos de gêneros textuais diversos estão relacionadas ao estudo da compreensão e análise de textos. Nesse sentido, as habilidades de leitura são essenciais para compreender um texto, identificar sua estrutura, saber interpretar seu conteúdo e estabelecer relações com outros textos.

No que diz respeito aos gêneros textuais, é importante reconhecer que cada tipo de texto apresenta características próprias, como estrutura, linguagem e finalidade. Ao ler um texto, é necessário levar em consideração essas características para compreender adequadamente o que está sendo comunicado. Além disso, a leitura e interpretação de diferentes gêneros textuais permite ao leitor ampliar seu repertório de linguagem e de conhecimento.

Outro aspecto importante é a distinção entre fato e opinião. Enquanto o fato é algo comprovado e indiscutível, a opinião representa uma posição pessoal sobre algo. A capacidade de identificar essa distinção é fundamental para uma leitura crítica e para uma análise adequada do texto.

A intencionalidade discursiva se relaciona com a intenção do autor ao produzir um texto. O autor pode buscar informar, persuadir, emocionar, entre outros objetivos. Ao compreender a intencionalidade discursiva, o leitor pode entender melhor o propósito do texto e como esse propósito influencia suas características.

A análise de implícitos e subentendidos se refere à capacidade de identificar informações que não estão explícitas no texto, mas que podem ser inferidas a partir do contexto e dos elementos linguísticos utilizados. Essa habilidade permite ao leitor compreender as entrelinhas do texto e captar mensagens que não estão explicitamente ditas.

Por fim, a análise de efeitos de sentido diz respeito à compreensão das estratégias utilizadas pelo autor para criar determinado efeito no leitor. Esses efeitos podem ser emocionais, persuasivos, irônicos, entre outros. Ao analisar os efeitos de sentido, é possível compreender como o texto é construído para atingir seus objetivos.

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli são estudiosos da área de linguística e da análise do discurso. Suas obras contribuem para a compreensão dos aspectos mencionados acima, fornecendo bases teóricas e exemplos práticos para o estudo da leitura, interpretação e análise de textos.

ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch

As ideias principais são os pontos principais que sustentam o argumento central do texto. São as afirmações mais relevantes e significativas que o autor pretende transmitir ao leitor. Já as ideias secundárias são aquelas que desempenham um papel de apoio às ideias principais, fornecendo informações adicionais ou exemplos para reforçar o argumento central.

Quanto aos recursos de argumentação, Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch são estudiosos da linguagem e da argumentação e têm diferentes contribuições para a compreensão desse tema. Eles podem utilizar diversos recursos argumentativos, tais como:

1. Citações de outros estudiosos ou autoridades no assunto: Para reforçar a validade e a autoridade das ideias apresentadas, eles podem citar outros pesquisadores ou especialistas no assunto que sustentem suas argumentações.

2. Exemplos e ilustrações: Para tornar seus argumentos mais concretos e compreensíveis, podem utilizar exemplos e ilustrações para mostrar como as ideias se aplicam na prática.

3. Dados estatísticos e evidências empíricas: Para embasar suas afirmações, podem utilizar dados estatísticos ou evidências empíricas que demonstrem uma tendência ou um padrão relacionado ao tópico abordado.

4. Uso de analogias e metáforas: Para facilitar a compreensão e estabelecer conexões entre diferentes conceitos, podem utilizar analogias ou metáforas que ajudem a visualizar ou compreender a ideia.



BRASIL COLÔNIA

Brasil: Primeiros Tempos

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiram pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo os portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tinta vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

Além disso, eram autorizados a receber parte dos impostos devidos ao rei, em especial 10% de todas as rendas arrecadadas na capitania e 5% dos lucros derivados da exploração do pau-brasil.

¹ História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)



A Educação do novo milênio se depara com grandes desafios e conta com as reflexões e ações realizadas pelos teóricos (as), pesquisadores (as), professores(as) e gestores. É notório as mudanças culturais no espaço/tempo, principalmente com a tecnologia cada vez mais presente havendo uma necessidade de a Educação acompanhar tais desenvolvimentos. Entretanto, o que se percebe é uma realidade educacional distinta das transformações culturais e que não consegue acompanhar os avanços tecnológicos no que se refere ao ensino-aprendizagem e currículo deixando uma lacuna entre estudantes e Educação.

Mesmo com a presença de mudanças na legislação nos últimos 20 anos e a tentativa de uma prática inclusiva dos sujeitos históricos marginalizados o que se percebe é uma prática escolar homogeneizante, tradicional e misógina, distante da realidade cultural, seja com relação às conquistas de direitos individuais, direitos humanos, ou no que tange ao Ensino da História da África e a cultura indigenista brasileira.

Em 2003 foi sancionada a Lei 10639 que determinou a inclusão do Ensino de História da África, cultura afrodescendente e indígena. Com a implantação desta lei, a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) também sofreu alteração em seu texto. Além das mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais, houve necessidades de novas posturas adotadas pelo Conselho Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação e demais órgãos e estruturas educacionais no Brasil. Todo esse contexto faz parte de uma conquista dos movimentos sociais em um esforço nacional e internacional no decorrer das últimas décadas do século XX, em prol de justiça social e igualdade entre os diferentes atores sociais que foram marginalizados politicamente e economicamente.

A referida lei na esfera educacional faz parte de um amplo processo de lutas sociais para a autonomia e equidade de todos os sujeitos históricos e que passou a ser cobrada e posteriormente adotada nas políticas públicas nacionais em meados dos 1990 até o presente momento. Dessa forma, compreende-se o aparato educacional e suas mudanças como um esforço amplo em trazer reparos à história da educação brasileira em seus aspectos excludentes, racistas e etnocêntricos. Ainda assim, os desafios são enormes frente há séculos de história eurocêntrica, elitista e patriarcal que ainda se reflete no ambiente escolar e nas práticas educacionais.

Ambiente escolar, práticas educacionais e desafios do século XXI

Como dito anteriormente, os desafios na Educação brasileira são enormes tanto na rede pública quanto na rede privada de Educação. O ambiente escolar ainda é um tanto hostil com relação ao pluriculturalismo, às escolhas individuais, relações de gênero e diferenças étnico-raciais. A alteridade é um caminho seguro para esse equilíbrio e equidade das relações interpessoais nas escolas, mas ainda longe de ser uma realidade. Os currículos e material didático não alcançam o alunado com seus objetivos de sociedade mais justa e cidadã em suas complexidades e as problemáticas continuam latentes numa realidade brasileira de desigualdades econômicas e de trajetória histórica excludente.

Com tanta tecnologia e meios de comunicação avançados no Brasil e no mundo, as escolas públicas brasileiras, em sua maioria, continuam em defasagens técnicas, instalações, estruturas físicas e de equipamentos eficazes, além da ausência de qualificação para os professores e de salários dignos. Entre a teoria e a prática da gestão democrática, das políticas públicas, leis educacionais e da constituição cidadã ainda se encontram díspares e distantes de soluções competentes para alavancar o ensino-aprendizagem e a Educação brasileira em todas suas esferas.

Os desafios são inúmeros e mesmo com uma parcela de esforços e criatividade dos profissionais da educação, seus projetos e boas intenções vale uma maior conscientização, cidadania e parcerias entre sociedade, escolas e políticas públicas para elevar o Brasil à uma Educação de qualidade capaz de melhorar os níveis nacionais de maneira quantitativa e qualitativa num crescimento do ranking internacional de Educação capaz de proporcionar crescimento econômico, desenvolvimento e justiça social ao país.



Conhecimentos Específicos

A educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. A sociedade, de uma forma ou de outra, se educa – e a educação molda o homem e, a depender da finalidade dela na sociedade, pode ser utilizada como forma de dominação ou de libertação. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenha cidadãos críticos. A evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. Segundo Gadotti (1999), a prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico, que surge com a reflexão sobre a prática, pela necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados objetivos. Como afirma Paulo Freire (1993), a educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na economia, nas relações humanas e na busca dos direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui. Diante da grande importância da educação, se torna necessário estudar a História da Educação em seus mais diversos contextos, pois ela proporciona o conhecimento do passado da humanidade, criando assim novas perspectivas. Para Aranha (2006, p. 24),

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.

Logo, ao estudar a História da Educação podemos compreender que não há mudanças sem educação e podemos pensar os indivíduos como agentes construtores de história, ou seja, podemos perceber a importância da educação na sociedade e na formação cultural, social e econômica dela. O Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, mas que, evidentemente, não difere o modelo de educação destinado às classes populares: uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro às vezes, em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade.

Por mais que as leis elaboradas ao longo dos anos indicassem mudanças, a realidade pouco mudava e, a educação, com toda a sua magnitude, se destinou a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes populares, contribuindo para formar “objetos”, quando deveria formar sujeitos da história.

A educação durante o Período Colonial (1500-1822)

A história do Brasil é marcada preponderantemente pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e privilégio de alguns em detrimento da grande maioria da população. É com a chegada do elemento europeu a terras brasileiras que essa situação inicia-se, provocando um choque cultural que rebaixa o índio e, posteriormente, o negro e enaltece o branco, seu projeto de colonização e seu desejo desmedido de expandir-se territorial e economicamente.

Nesse contexto, a Companhia de Jesus, que foi fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequisar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornem mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra. “A organização escolar na Colônia está como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (Ribeiro, 1986, p. 24). A obra educativa dos jesuítas estava integrada à política colonizadora; durante pouco mais de dois séculos foi a responsável quase exclusiva pela educação no período; além de ser um ensino totalmente acrítico e alheio à realidade da vida da colônia, foi aos poucos se transformando em uma educação de elite e, em conseqüência, num instrumento de ascensão social. O ensino não poderia interessar à grande massa pobre, pois não apresentava utilidade prática, visava uma economia fundada na agricultura e no trabalho escravo; o ensino jesuítico só poderia interessar àqueles que não precisavam trabalhar para sobreviver. A Companhia de Jesus, que tinha inicialmente em seus objetivos catequisar e instruir o índio, de acordo com o *Ratio*, foi aos poucos se configurando como forte instrumento de formação da elite colonial, ficando os indígenas e as classes mais pobres à mercê da instrução. Segundo Piletti (1991, p. 34), “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. Ribeiro (1986, p. 29) elucida que “o plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciaram. Os instruídos eram descendentes dos co